

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
--------------	----

PREFÁCIO	19
----------	----

Parte I Fundamentos do novo contencioso

CICLO DE POSITIVAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NO MODELO IBS/CBS	27
--	----

Paulo Cesar Conrado

1 Introdução	27
2 O modelo clássico de positivação do crédito tributário	28
3 Digitalização fiscal e transformação da constituição tributária	30
4 O ciclo de positivação do crédito tributário no modelo IBS/CBS	31
5 Garantias do contribuinte e limites constitucionais da positivação automatizada	33

A APURAÇÃO ASSISTIDA DO IBS E DA CBS: ARQUITETURA, NATUREZA JURÍDICA E A RECONFIGURAÇÃO DO PARADIGMA DO LANÇAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	37
--	----

Carla Tredici Christiano

Lia Barsi Drezza

1 Introdução	37
2 O lançamento tributário e a constituição do crédito: o paradigma do art. 142 do CTN e sua progressiva erosão	39
2.1 A função do lançamento: da obrigação tributária em abstrato ao crédito tributário exigível	39
2.2 As modalidades do CTN e o deslocamento ao contribuinte: do ofício ao “autolancamento” e à Súmula 436 do STJ	42

3 A reforma tecnológica e o documento fiscal eletrônico como novo modelo de lançamento tributário	44
4 O funcionamento da apuração assistida na cadeia de apuração do IBS e da CBS, e sua função de constituir definitivamente o crédito tributário	46
4.1 Quem apresenta e quando	49
4.2 A base de cálculo da apuração assistida	50
4.3 Uso obrigatório e prazo dos ajustes	50
5 O encontro de débitos e créditos e a extinção do débito	51
5.1 A mecânica da apuração do saldo a recolher de IBS e CBS	51
5.2 As modalidades de extinção do débito e o crédito condicionado	52
5.3 O efeito sobre o fluxo de caixa e o fim do débito declarado e não pago	53
6 A natureza jurídica da constituição do crédito na apuração assistida	54
6.1 Confirmação e ajuste como confissão	54
6.2 O silêncio e a confissão tácita	54
6.3 Instrumento hábil, exigibilidade e a ressalva do lançamento de ofício	55
6.4 Um instituto híbrido – e a constituição pelo silêncio como ponto de inflexão	55
7 A confissão de dívida pelo silêncio e a tutela do contribuinte	57
7.1 Escala documental e o ônus de revisão	57
8 As duas apurações do IBS e da CBS: autonomia federativa e sincronismo	58
9 Conclusão	59
Referências	61
Doutrina	61
Legislação e atos normativos	62
Fontes administrativas	62

PREMISSAS PARA UM CONTENCIOSO VIRTUOSO DO IBS/CBS: DO DEVIDO PROCESSO TECNOLÓGICO À EFETIVA SEGURANÇA JURÍDICA	63
---	----

Gisele Barra Bossa

Isabela Ribeiro Ferrari

1 Introdução	63
2 A transformação institucional da relação entre Fisco e contribuinte	68
2.1 Do modelo adversarial ao cooperativo e a litigiosidade do direito administrativo tributário	69
2.2 O diagnóstico da litigiosidade tributária no Brasil	71

2.3 Os passos dados pela cooperação no ordenamento brasileiro	76
2.3.1 A evolução dos trabalhos sobre conformidade cooperativa no âmbito da OCDE e seus reflexos na seara tributária brasileira	76
2.3.2 Os avanços da última década e a continuidade institucional no novo modelo	77
3 Boas práticas do contencioso atual: conquistas a preservar	79
4 O novo contencioso do IBS e da CBS: estrutura e desafios institucionais	84
4.1 Tecnologia e contraditório efetivo no novo modelo	87
4.2 <i>Cooperative compliance</i> e os três níveis federativos	90
5 Premissas institucionais para um contencioso virtuoso	92
5.1 Primeira premissa: transparência decisória	93
5.2 Segunda premissa: equilíbrio na governança decisória	94
5.3 Terceira premissa: estabilidade interpretativa	95
5.4 Quarta premissa: devido processo tecnológico	96
5.5 Quinta premissa: prevenção de conflitos e cultura cooperativa	97
5.6 Sexta premissa: proteção efetiva dos direitos dos contribuintes	98
6 Conclusão	99
Referências	102

Parte II

Contencioso administrativo

O PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO CONTEXTO DA REFORMA TRIBUTÁRIA: PROMESSAS DE SIMPLICIDADE E OS GARGALOS DA LC 227/2026	107
<i>Andréa Mascitto</i>	
<i>Luiz Gustavo Lima Santos</i>	
1 Introdução	107
2 A arquitetura do contencioso administrativo no novo modelo tributário	108
3 Gargalos e inconsistências do novo modelo processual	112
3.1 A questão da paridade e suas implicações	112
3.2 A falta de uniformidade dos prazos processuais	114
3.3 A lacuna quanto ao não conhecimento de recursos nas Câmaras Superiores do IBS	115

3.4 O Incidente de Uniformização por Repetição de Julgamentos e a suspensão da exigibilidade	116
3.5 O critério de desempate e do voto de qualidade	117
3.6 O aproveitamento dos precedentes do CARF e a continuidade do direito	118
3.7 A consulta tributária no novo regime: resposta compartilhada e coordenação institucional	119
4 Conclusão	119
Referências	121

SISTEMA DE UNIFORMIZAÇÃO E HARMONIZAÇÃO DO IBS E DA CBS E O CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO	123
--	-----

Alessandra Okuma

1 A Câmara Superior do IBS para uniformização de jurisprudência	126
2 Cabimento do incidente de uniformização e modalidades	128
2.1 Incidente por repetição de julgamentos	128
2.2 Incidente por inobservância de provimento vinculante	129
3 Efeitos da tese firmada e revisão	129
4 Relevância da Câmara Superior do IBS para o sistema de segurança jurídica	129
5 Câmara Superior do IBS e Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF: convergências, distinções estruturais e o critério de desempate	130
5.1 Natureza, composição e presidência	130
5.2 Mecanismo de acesso à uniformização	131
5.3 Efeitos das decisões uniformizadoras	131
5.4 Avaliação crítica	133
6 Câmara Nacional de Integração IBS/CBS	133
7 Conclusão	135

DESAFIOS DA CÂMARA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DO CONTENCIOSO IBS/CBS: ENTRE A UNIFORMIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A GOVERNANÇA FEDERATIVA	137
--	-----

Fabiana Augusta de Araújo Pereira Pessanha

1 Introdução	137
2 Reforma tributária como ponto de inflexão: do federalismo fiscal assimétrico à busca pela uniformidade	141

2.1 O federalismo fiscal brasileiro e a crise do modelo de tributação sobre o consumo	141
2.2 A EC 132/2023 e a centralização normativa	142
2.3 O Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e o novo modelo federativo	143
2.4 Conflitos interfederativos e vácuos jurisdicionais	145
2.4.1 O problema das “disposições comuns” e o risco de regulamentos conflitantes	147
2.4.2 O problema do litisconsórcio e do acesso à justiça	148
3 A Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo: entre a uniformização administrativa e a preservação do federalismo	150
3.1 Estrutura e competências da Câmara Nacional de Integração	150
3.2 A vedação ao controle de legalidade e seus impactos no federalismo	153
3.3 O risco de esvaziamento e a questão da legitimidade	153
4 Considerações finais	155
Referências	157

A ESTRUTURA DA CÂMARA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO IBS E DA CBS: DOS RISCOS ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS PROTEGIDAS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	161
---	-----

Ana Claudia Borges de Oliveira

Introdução	161
1 O contexto: a dualidade do contencioso e o problema da divergência interpretativa	162
2 A composição da CNICA e o problema da paridade	163
3 A vinculação do CARF e os riscos ao contraditório e à ampla defesa	164
4 A legitimidade democrática e o princípio da impessoalidade	166
5 O esvaziamento institucional do CARF	167
6 A solução possível: unificação do contencioso no CARF	168
Conclusão	169
Referências	170

O PROCEDIMENTO VINCULANTE DE VEDAÇÃO AO AFASTAMENTO DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA SOB O FUNDAMENTO DE ILEGALIDADE	173
<i>Alexandre Evaristo Pinto</i>	
1 Introdução	173
2 A experiência de quase duas décadas sobre o tema no Conselho Municipal de Tributos de São Paulo (CMT)	174
3 A recentíssima experiência sobre o tema no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	175
4 A regulação do tema no âmbito do Projeto de Lei Complementar n. 108/2024 e na Lei Complementar n. 227/2026	177
5 Críticas à proibição do afastamento de legislação tributária por ilegalidade	179
6 Considerações finais	184
Referências	185
 O REGIME DAS MULTAS DO IBS/CBS E AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS AO PODER DE SANCIONAR	 187
<i>Antonio Carlos de Souza Jr.</i>	
<i>Mary Elbe Queiroz</i>	
Introdução	187
1 Limitações constitucionais ao poder de sancionar em matéria tributária	188
2 Limitação infraconstitucional ao poder de sancionar contida na Lei Complementar n. 225/2026 (Código de Defesa do Contribuinte)	192
3 O regime sancionatório do IBS e da CBS na Lei Complementar n. 214/2025	194
3.1 Tratamento geral: o art. 341-A e a Unidade Padrão Fiscal do art. 341-C	194
3.2 Multa de mora e multa de ofício	195
3.3 Cumulação de multas e o princípio da consunção (art. 341-D)	199
3.4 Multa de ofício comum (art. 341-F, <i>caput</i>)	201
3.5 Multa qualificada: sonegação, fraude, conluio e o veto à simulação	202
3.6 O conceito de simulação no direito tributário e o veto inócuo	204
3.7 Atenuantes e descaracterização da reincidência (art. 341-F, §§ 3º a 6º)	208
3.8 Descumprimento de dever instrumental (art. 341-G)	209
3.9 Redutores de multa (art. 341-H)	211
3.10 Regime Especial de Fiscalização e a duplicação da multa de ofício (art. 341)	212

4 O direito à autorregularização e a exclusão da penalidade (art. 348)	214
5 O Programa Nacional de Conformidade Tributária e a “indústria das multas”: a contradição interna da Lei Complementar n. 227/2026	215
Conclusão	218

Parte III

Contencioso judicial

CARTOGRAFIA DE TESES NO NOVO CONTENCIOSO JUDICIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA: EMBRIÕES NA NOVA FASE CONTENCIOSA NO BRASIL	223
<i>Ariane Costa Guimarães</i>	
<i>Lana Borges</i>	
1 Introdução: a hipótese da extinção e a hipótese da metamorfose dos litígios tributários	223
2 A tese do fim do contencioso: reconstrução do argumento	225
3 Um equívoco lógico: substrato normativo extinto não é contencioso extinto	227
4 Por que nasce um novo contencioso?	229
5 Cartografia dos embriões: teses constitucionais por vertente	232
5.1 Vertente federativa	232
5.2 Vertente do devido processo e da apuração assistida	233
5.3 Vertente sancionatória	233
5.4 Vertente de dados e tecnologia	234
5.5 Vertente da transição patrimonial e temporal	234
5.6 Vertente da governança e do contencioso dual	235
5.7 Vertentes materiais emergentes	236
5.8 Vertente das imunidades tributárias no modelo dual	236
5.9 Vertente da legalidade e da fixação da alíquota de referência	237
5.10 Vertente da tributação internacional e das operações digitais transfronteiriças	237
5.11 Vertente da Zona Franca de Manaus e dos regimes regionais diferenciados	238
5.12 Vertente da não cumulatividade e da dinâmica de créditos de IBS e CBS	239
6 A sistemática de IBS e CBS e o inevitável diálogo com os precedentes qualificados	241

7 Conclusão: refundação, não extinção do contencioso tributário	243
Referências	244

A LEGITIMIDADE DO COMITÊ GESTOR DO IBS E A FRAGMENTAÇÃO DO CONTENCIOSO JUDICIAL NA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO	249
---	-----

Thaís Folgosi Françoso

1 Introdução	249
2 IBS, o pacto federativo e o papel do Comitê Gestor	252
3 Legitimidade nas demandas judiciais do IBS	254
4 A jurisdição segregada e o risco de decisões contraditórias	257
5 Solução e simplificação	259
Referências	261

O CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO NA ERA DA CONFORMIDADE DIGITAL: A REDEFINIÇÃO DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS E ANULATÓRIAS NO CONTENCIOSO JUDICIAL DO IBS E DA CBS	265
--	-----

Vanessa Domene

1 Introdução	265
2 O lançamento tributário como pressuposto histórico do contencioso judicial	267
3 O novo paradigma de fiscalização do IBS e da CBS: da fiscalização reativa à conformidade contínua	269
4 Do lançamento ao algoritmo: a transformação do objeto do litígio tributário	272
5 A releitura das ações declaratórias no ambiente digital do IBS e da CBS	275
6 A ação anulatória diante dos atos complexos e plurissubjetivos no IBS e na CBS	279
7 Tutelas de urgência e a proteção da atividade econômica no ambiente de conformidade digital	282
8 Conclusão	284
Referências	286

A REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO NO ÂMBITO DO IBS E DA CBS 287

Thaís Folgosi Françoso

Richard Abecassis

1 Introdução	287
2 O regime clássico da repetição de indébito no CTN	288
3 Neutralidade, crédito e múltiplas formas de extinção na reforma tributária	290
4 O art. 38 da LC n. 214/2025 e a nova via da restituição	292
5 Quando a ação de repetição de indébito será necessária	293
6 O mandado de segurança e a ação ordinária	295
7 O art. 166 do CTN no IVA Dual	296
8 Conclusão: a repetição de indébito não acaba com a reforma, mas fica mais restrita	298
Referências	299

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA NA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO:
LIMITES MATERIAIS E GARANTIAS PROCEDIMENTAIS NA ATRIBUIÇÃO DE
RESPONSABILIDADE A TERCEIROS NO IBS E NA CBS 301

Lina Braga Santin Cooke

1 Introdução	301
2 Pressupostos dogmáticos da responsabilidade tributária	303
2.1 Contribuinte, responsável e devedor solidário	303
2.2 Legalidade, vinculação ao fato gerador e capacidade contributiva	305
3 A reforma tributária do consumo e o redesenho da responsabilidade de terceiros	306
3.1 O novo quadro normativo do IBS e da CBS	306
3.2 Avanços reais do novo modelo	309
3.3 Tensões interpretativas e riscos de alargamento indevido	310
4 O que a reforma não autoriza: grupo econômico, desconsideração da personalidade jurídica e responsabilidade de administradores	312
4.1 A mera existência de grupo econômico continua insuficiente, mas o perigo de se manter a prática da irregular desconsideração da personalidade jurídica também permanece	312
4.2 A responsabilidade de administradores continua sendo pessoal, causal e excepcional	313

5 Contencioso, uniformização interpretativa e garantias do responsável após a reforma	314
6 Conclusão	315
Referências	316

CONTENCIOSO SEGREGADO E PROVISÕES	319
-----------------------------------	-----

Edison Carlos Fernandes

Jorge Guilherme Moreira

1 Introdução	319
2 Contingências contábeis	320
3 Integração do contencioso dos novos tributos	323
4 Avaliação de contingência na dualidade de esferas administrativas	325
5 Características e limites da contingência de IBS e CBS	326
6 Tributos interligados à cadeia de valor	328
7 Conclusão	329
Referências	329

Parte IV

Prevenção e métodos alternativos de resolução de conflitos

A COOPERAÇÃO TRIBUTÁRIA COMO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E SEU PAPEL NO FORTALECIMENTO DOS MECANISMOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS	333
---	-----

José Eduardo Tellini Toledo

Lucas Pinheiro Tavares

1 Introdução	333
2 A evolução da relação entre fisco e contribuinte	334
3 A institucionalização progressiva da cooperação no Brasil	337
4 A constitucionalização da cooperação tributária	338
5 Lei Complementar n. 225/2026 e a instituição do Código de Defesa do Contribuinte	340
6 Princípio da cooperação tributária e os mecanismos alternativos de resolução de conflitos tributários	341

6.1 Transação tributária	342
6.2 Mediação tributária	345
6.3 Arbitragem tributária	346
7 Conclusões	347
Referências	348

TRANSAÇÃO E ARBITRAGEM COMO MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS TRIBUTÁRIOS	351
---	-----

Frederico Bastos

Leticia S. Camargo Baquedano

1 Introdução	351
2 Métodos alternativos de resolução de litígios tributários: transação e arbitragem tributária	354
2.1 Transação tributária	354
2.2 Arbitragem tributária: o Projeto de Lei n. 2.486/2022	357
2.2.1 Comparativo internacional: Portugal e a experiência da arbitragem tributária	360
2.3 Código de Defesa do Contribuinte: direitos, deveres e ampliação do espaço para soluções consensuais	362
3 Desafios da implementação dos métodos consensuais	363
Referências	366

A TRANSAÇÃO INDIVIDUAL NO IBS: LEGITIMIDADE, OBJETO E O DESAFIO DA PLURALIDADE FEDERATIVA	369
---	-----

Carlos Henrique de Oliveira

Gabriela Nardy Monteiro

1 Introdução	369
2 A transação no modelo federal como parâmetro de análise e a inexistência de rito próprio para o IBS	371
3 Legitimidade para transacionar no IBS	374
3.1 A reserva constitucional às procuradorias dos entes titulares	374
3.2 O paradoxo da unidade do crédito <i>versus</i> a pluralidade dos credores	377
4 Objeto da transação no IBS e partição do ônus	380

5 Conclusão	383
Referências	386

A REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE O CONSUMO, O COMITÊ GESTOR DO IBS E A NECESSIDADE DE UNIDADE NORMATIVA A RESPEITO DA TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA	389
--	-----

Diego Diniz Ribeiro

1 Introdução	389
2 A reforma tributária sobre o consumo: breves palavras	391
3 O sistema multiportas de resolução de conflitos e o instituto da transação tributária	393
4 O Comitê Gestor do IBS: natureza jurídica e competências	397
4.1 O papel do CGIBS na transação tributária	400
5 Conclusões	403
Referências	404